

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.596 - SP (2019/0211514-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADOS : ROGÉRIO PIRES DA SILVA - SP111399
EDUARDO BOCCUZZI - SP105300
KARINY SANTOS DE ARAUJO - SP344789

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE ARGUMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EXECUÇÃO FISCAL. TÍTULO EXECUTIVO NÃO APRESENTADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região, assim ementado (fls. 353-354):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - TÍTULO EXECUTIVO NÃO APRESENTADO - NULIDADE - ART. 786, CPC - NULLA EXECUTIO SINE MULO - ART. 803, 1, CPC - ART. 278, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC - RECURSO IMPROVIDO.

1.A execução fiscal em apreço foi proposta em outubro/2004, para cobrança de que três inscrições, no valor total de R\$ 745.474,33:

80 3 04 001999-93, 80 6 04 057748-15 e 80 7 04 013477-40, conforme petição inicial (fls. 15/16), tendo a exequente juntado, tão somente a Certidão de Dívida Ativa de no 80 3 04 001999-93, no valor de R\$74.278,22 (fl. 17). Citada, a executada opôs embargos à execução fiscal, julgados improcedentes por sentença, em 3/9/2013, na qual constou, textualmente, na fundamentação: "Cabe ressaltar, em um primeiro momento, que de acordo com o esclarecimento prestado pela embargada às fls. 287/288, os débitos integrantes das CDAs que instruem o executivo fiscal apenso foram todos constituídos em face da empresa Branco Dow Compostos de Engenharia S/A, exceto quanto à inscrição n° 80.3.04.01999-93, elaborada em relação ao CNPJ de sua filial sob o if 02742505/0002-38." e que "No caso dos autos, conforme se vê em consulta realizada ao sítio eletrônico do TRF da 3ª Região - SP/MS, os autos da referida ação mandamento!, ainda se encontram pendente de julgamento quanto aos recursos interpostos pela União junto aos tribunais superiores, razão pela qual a autoridade fiscal não pode promover a análise do pedido de compensação feito pela embargante. Por fim, conforme o conteúdo do ofício respondido pela autoridade fiscal à fl. 285, quando da

análise do pedido de revisão de débitos solicitados pela parte embargante em sede administrativa, houve a apuração de pagamentos por ela efetuados, os quais foram imputados à CDA nº 80.7.04.013477-40, a fim de abater o total devido.") (fls. 51/55).

Consta que houve o oferecimento de Carta de Fiança Bancária, em 23/2/2005, no valor de R\$ 764.664,51 (fl. 69). Em 6/7/2016, após a executada ter alegado a nulidade em comento, a União Federal juntou cópias das três inscrições (fls. 38/48).

2. Dispõe o Código de Processo Civil: "Art. 786. A execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação certa, líquida e exigível consubstanciada em título executivo. Parágrafo" único. A necessidade de simples operações aritméticas para apurar." o crédito exequendo não retira a liquidez da obrigação constante do título." 3. No caso, inexistem os títulos executivos correspondentes às inscrições 80 6 04 057748-15 e 80 7 04 013477-40, desabonando o disposto no art. 786, CPC. Neste contexto, aplica-se o consagrado o brocardo jurídico "nulla executio sine titulo".

4. Dispõe o Estatuto Processual vigente: "Art. 803. É nula a execução se: 1- o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível;" 5. Tratando-se de nulidade absoluta, decorrente da violação de norma cogente, deve tal nulidade ser decretada de ofício pelo Juízo, ou pelo requerimento das partes, a qualquer tempo.

6. Nesta hipótese, portanto, não se aplica o disposto no capuz do art.

278, CPC ("A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão."), mas o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo ("Não se aplica o disposto no capuz às nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalece a precitação provando a parte legítimo impedimento.").

7. A dedução de que as CDAs faltantes teriam acompanhado a contrafé, de modo que não dificultado o direito de defesa da executada, não restou comprovada pela agravante, não sendo possível tal ilação diante dos elementos fornecidos nestes autos recursais.

8. Agravo de instrumento improvido.

Embargos de declaração rejeitados.

A recorrente alega violação do artigo 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 278, 282, § 1º, 801 do CPC/2015 e 616 do CPC/1973, sob os seguintes argumentos: (a) na ausência de algum documento indispensável à propositura da ação, o exequente deve ser intimado para apresentá-lo; (b) o recorrido não alegou a nulidade do ato quando de sua citação, nem sequer alegando quando do ajuizamento de embargos à execução fiscal, torna-se por evidente que se operou a preclusão temporal.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 422-423.

É o relatório. Passo a decidir.

Não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente não apresentou qualquer argumento a ensejar a apreciação da ofensa ao referido normativo. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Superior Tribunal de Justiça

Evidencia-se que o artigo 801 do CPC/2015 (e a tese a ele vinculada) não foi apreciado pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

No que diz respeito à alegação de ofensa aos artigos 278 e 282, § 1º, do CPC/2015, o acórdão recorrido consignou o seguinte (fl. 351):

"Tratando-se de nulidade absoluta, decorrente da violação de norma cogente, deve tal nulidade ser decretada de ofício pelo Juízo, ou pelo requerimento das partes, a qualquer tempo.

Nesta hipótese, portanto, não se aplica o disposto no caput do art.

278, CPC ("A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão."), mas o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo ("Não se aplica o disposto no caput às nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalece a preclusão provando a parte legítimo impedimento.").

Destarte, não merece reforma a decisão combatida".

Ocorre que a recorrente não impugnou a referida fundamentação nas razões do recurso especial que, por si só, assegura o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Aplica-se ao caso a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator